

PORTARIA Nº 134/2016/GP/DETRAN/MT

O Presidente do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/MT**, no uso de suas atribuições legais, e;
Considerando o disposto no Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
Considerando o disposto no Art. 76 do Decreto nº 366, de 18 de dezembro de 2015, que aprova o Regimento Interno do DETRAN/MT e, por fim,
Considerando o Princípio da Continuidade inerente à prática dos atos administrativos, garantindo uma prestação de serviços públicos eficiente;
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o servidor EDNILSON DE SOUZA MATOS, Agente do

Serviço de Trânsito, para responder 17ª CIRETRAN, no município de Nortelândia/MT, na condição de Chefe de Equipe (DGA-10), a partir de 01/03/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Cuiabá/MT, 24 de março de 2016.

ROGERS ELIZANDRO JARBAS
Presidente do DETRAN

MT PAR**MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.****MATO GROSSO PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A
CNPJ Nº 17.816.442/0001-03****Relatório do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva
Exercício de 2015
Cuiabá – MT, 31 de dezembro de 2015.**

1 - Caracterização : A Mato Grosso Participações e Projetos S/A - MT-PAR, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2368, Edifício Top Tower, Salas 304 a 308 - Cuiabá-MT, sociedade anônima de economia mista e capital fechado, vinculada a partir de maio de 2015 a Secretaria de Estado de Planejamento, conforme Lei Complementar 566/2015, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio. O capital social autorizado passou de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), conforme Lei 10.347/2015. Em 07 de Julho de 2015 o Governo do Estado publicou o Decreto 179 em que destina bens do Estado de Mato Grosso para integralização de capital social da empresa. Foram integralizados no capital social da empresa parcialmente os imóveis no monte de R\$ 33.516.501,97. Os demais imóveis estão em processos de avaliação conforme o art. 8º da Lei 6.404/76. Portanto o capital integralizado passou de R\$ 1.501.000,00 (hum milhão quinhentos e um mil reais) para 35.017.501,97 (trinta e cinco milhões, dezessete mil, quinhentos e um reais e noventa e sete centavos), sendo o Governo do Estado de Mato Grosso detentora de 99,99% das ações. A empresa foi constituída com base na Lei nº 9.854, de 26 de Dezembro de 2012(alterada pela Lei 10.347/2015), que autorizou o Poder Executivo a criar a MT Participações e Projetos S.A. e nos termos do Decreto n.º 1.573/03, de 24/01/2013. A administração da MT PAR é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Registre-se, ainda, a existência do Conselho Fiscal, como órgão permanente da estrutura da MT-PAR. A estrutura organizacional interna da MT-PAR, as funções da Diretoria de Investimento e de Patrimônio que a compõem foram definidas em Estatuto por meio do Decreto n.º 1.608, de 07/02/2013.

2 – Objeto: A MT-PAR foi criada para promover a geração de investimentos no Estado, bem como colaborar, apoiar e viabilizar a operacionalização do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas sob as diretrizes do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas a qual a MTPAR é membro.

3 - Resultados Alcançados: Em consonância, com seu objeto social no ano de 2015 a empresa operou como mandatária do Governo do Estado de Mato Grosso na reestruturação da empresa e modelagem e estruturação de projetos prioritários de Governo. Presidência - Celebração de Acordo de Cooperação com o BNDES para planejamento e estruturação de projetos de concessão (comum e PPP); Realização de oficina com BNDES, EBP e Sinfra (12/11) para debater possíveis formas de cooperação na modelagem de projetos de PPP; Contatos com UNOPS/ONU para possível auxílio na modelagem de projetos de PPP; Elaboração de proposta para gestão de ativos da Cohab e Bemat. Elaboração de proposta para emissão de debêntures com lastro em ativos do Estado. Levantamento de informações preliminares para investimento em saneamento básico. Participação nas discussões sobre o Parque tecnológico (Seciteci). Zona de Processamento de Exportações (ZPE). Participação em debates sobre viabilização do Hospital Central como PPP (Sefaz/Navil). Contribuição nas discussões sobre o Centro político-administrativo sob o regime de PPP (Seges e Secid). Criação de uma empresa estadual para comercialização de créditos de carbono (Sema). Rodovias em regime de PPP (Sinfra). Conversações sobre a participação em empresas de iluminação pública nos municípios. Participação em reuniões da Rede PPP (Rio de Janeiro e Fortaleza). Participação em palestra em Goiânia promovida pelo Sinduscon/GO sobre a carteira de projetos em PPP nos Estados do Centro-Oeste. Publicação da Lei 10.347 de 18/12/2015, que trouxe mudanças importantes para a MT PAR. Dentre elas vale destacar a inclusão da Presidência da empresa no Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, na condição de secretaria-executiva; o aumento da margem de comprometimento da receita corrente líquida com contraprestações pecuniárias em contratos de PPP de 3% para 5%; o aumento do capital social autorizado para a MT PAR de R\$ 50 milhões para R\$ 150 milhões; a regulamentação da Manifestação de Interesse Privado (MIP); a inclusão de direitos creditórios do PRODEI nos ativos que podem ser trabalhados pela empresa; e a possibilidade de delegação pela Seplan da Unidade PPP para outros órgãos e entidades por contrato.

Diretoria de Investimentos (Projetos) - Ganhá Tempo – Lote I (68% executado) - Readequação da Unidade Ganhá Tempo existente e construção de outras 07 (sete) novas unidades nos municípios de Cuiabá; Rondonópolis; Várzea Grande; Sinop; Lucas do Rio Verde; Cáceres e Barra do Garças via Parceria Público-Privada - PPP. Publicação do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), com autorização de apenas uma empresa para modelagem. Realização de co-modelagem do projeto entre MT PAR e Shopping do Cidadão. Articulação com as prefeituras para cessão de uso dos imóveis (Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, Sinop, Cáceres e Várzea Grande). Viabilização de imóveis públicos nos municípios de Cuiabá e Barra do Garças. Consulta pública (25/11 a 25/12). Audiência Pública (10/12). **Ganhá Tempo – Lote II (5% executado)** - Estruturação das Unidades Ganhá Tempo, com operação através de sistema Front e Back Office na maioria dos casos, inicialmente em outros 20 Municípios do Estado de Mato Grosso, também através de Parceria Público Privada. Preenchimento do Check List para formação do PMI com a definição dos municípios e articulação com Seges e Seplan em busca de um novo conceito de equipamento com atendimento ao público e centralização de atividades administrativas. Houve ainda reuniões com os demais órgãos envolvidos no projeto. Publicação do PMI estimada para janeiro de 2016. **Projeto Gestão Escolar (8% executado)** Estruturação e modelagem para atração de investidores privados pelo regime de Parceria Público-Privado - PPP para construção, ampliação e reforma de 91 (noventa e uma) unidades escolares em 27 (vinte e sete) municípios do estado de Mato Grosso para gestão pelo privado da área não pedagógica destas Unidades. Preenchimento do Check List para formação do PMI em articulação com a SEDUC. Já foram definidas 91 unidades para o projeto, sendo 75 escolas, 15 centros de formação de professores e a sede da SEDUC. A modelagem avançará por 2016 e a licitação deverá acontecer em 2017. **Projeto MT Conectado (12% executado)** - Estruturação e modelagem de Projeto de implantação da conexão digital de todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta em todos os Municípios do Estado de Mato Grosso através de Parcerias Público-Privada - PPP. Preenchimento do Check List para formação do PMI junto aos órgãos e entidades, sob coordenação da Seplan e Cepromat. A modelagem deverá acontecer longo de 2016 e 2017. Licitação estimada para meados de 2017.

Diretoria de Patrimônio (administrativa) - Redução do quadro de pessoal em cerca de 50%, com queda na folha de pagamento em 38 % (média de 2015 x média de 2014). Definição de um modelo de negócio para a empresa, com realização de um seminário em maio com participação de empresas congêneres (SAR PAR, CPP e UPP/PMG). Realização de curso in company em gestão de projetos (PMBOK), visando certificação PMI. Avaliação de 6 imóveis autorizados por decreto para integralização no capital, por meio de instrumento inovador (editais de credenciamento), com posterior incorporação em assembleia. Adesão ao programa Gespública. Quitação de cerca de R\$ 350.000 em dívidas da gestão anterior. Revisão de contratos que pouparam cerca de R\$ 400.000.

4. Execução Orçamentária - No que se refere aos atos orçamentários, a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2015 (LOA 2015) reservou inicialmente R\$ 1,9 milhões para a MT-PAR. Em maio de 2015 a unidade passou pela reforma administrativa (Lei complementar 566) e passou a ser vinculada a Secretaria de Estado de Planejamento. Portanto foi necessário encerramento da então UO 04501 e transferências dos saldos contábeis para nova unidade (20501). Ao longo do ano, as dotações foram revisadas e ampliadas para se adequar às necessidades da empresa, o que motivou a abertura créditos adicionais por anulação dentro da própria Unidade Orçamentária e transposição de recursos de uma UO para outra UO, até o limite autorizado na LOA. Foi aberto crédito adicional por Superávit Financeiro - Fonte 640 no valor de R\$ 252.356,42 (duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais) oriundos da Integralização de Capital Social realizado no ano de 2013.

Senhores Acionistas: O Conselho de Administração e a Diretoria da MATO GROSSO PARTICIPAÇÕES E PROJETOS – MTPAR apresentam, para apreciação pelos Senhores Acionistas, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas pelo Balanço Patrimonial e pelas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e correspondentes Notas Explicativas. Na expectativa das manifestações dos Senhores Acionistas sobre essas peças contábeis, o Conselho de Administração e a Diretoria colocam-se à disposição para a prestação de quaisquer informações necessárias.

Conselho de Administração e Diretoria

		Balanço Patrimonial		2015	2014
Código	Classificação	Descrição		31/12/2015	31/12/2014
1	1	ATIVO		33.833.328,36d	416.676,66d
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE		171.523,06d	259.077,86d
3	1.1.01	DISPONIVEL		136.869,79d	4.382,35d
7	1.1.01.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO		97,50d	0,00
26	1.1.01.02.009	Garantia Contratual		97,50d	0,00
18	1.1.01.05	BANCO CONTA MOVIMENTO - CONTA FUNDO		136.772,29d	4.382,35d
15	1.1.01.05.001	Banco do Brasil SA - Conta Y		136.772,29d	4.382,35d
249	1.1.30	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		29.726,66d	252.356,42d
250	1.1.30.10	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		119,64d	0,00
259	1.1.30.10.010	Tributos Pagos a maior ou Indevidamente		119,64d	0,00
265	1.1.30.20	OUTROS CREDITOS		29.607,02d	252.356,42d
1555	1.1.30.20.002	Tesouro do Estado		29.607,02d	252.356,42d
271	1.1.40	ESTOQUE		4.926,61d	2.339,21d
284	1.1.50.02	ALMOXARIFADO		4.926,61d	2.339,21d
286	1.1.50.02.002	Almoxarifado Administrativo		4.926,61d	2.339,21d
300	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE		33.661.805,30d	157.598,68d
320	1.2.03	IMOBILIZADO		33.661.805,30d	157.598,68d
321	1.2.03.01	IMOVEIS		33.516.501,97d	0,00
322	1.2.03.01.001	Edifícios		3.842.170,60d	0,00
324	1.2.03.01.003	Terreno		29.674.331,37d	0,00
325	1.2.03.04	MOVEIS E UTENSILIOS		132.598,40d	147.597,55d
326	1.2.03.04.001	Moveis Utensilios		132.598,40d	147.597,55d
327	1.2.03.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		32.695,23d	28.745,23d
328	1.2.03.06.001	Maquinas e Equipamentos		25.734,55d	28.745,23d
329	1.2.03.06.002	Equipamentos de Informatica		6.960,68d	0,00
340	1.2.03.50	INSTALACOES		16.550,15d	0,00
341	1.2.03.50.001	Instalações Sede		16.550,15d	0,00
400	1.2.03.90	(-) DEPRECIACOES,AMORT. E EXAUS. ACUMUL		36.540,45c	18.744,10c
402	1.2.03.90.002	(-) Depreciações de Moveis e Utensilios		25.470,50c	13.391,66c
403	1.2.03.90.003	(-) Depreciação de Equip. Informatica		834,59c	138,47c
404	1.2.03.90.004	(-) Depreciação de Maquinas e Equip.		6.821,57c	3.338,97c
406	1.2.03.90.006	(-) Depreciação de Instalações		3.413,79c	1.875,00c
500	2	PASSIVO		33.833.328,36c	416.676,66c
501	2.1	PASSIVO CIRCULANTE		143.863,78c	225.783,93c
555	2.1.02	FORNECEDORES		97,50c	0,00
672	2.1.03.05	Conta / Corrente		97,50c	0,00
4183	2.1.03.05.001	Deposito Garantia		97,50c	0,00
600	2.1.06	OBRIGACOES TRIBUTARIAS		0,00	6.834,31c
620	2.1.06.02	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER		0,00	6.834,31c
623	2.1.06.02.003	IR Retido s/ Folha a Recolher		0,00	6.834,31c
660	2.1.07	OBRIGACOES TRABALHISTA E PREVIDENCIARIA		143.766,28c	219.149,62c
675	2.1.07.05	OBRIGACOES SOCIAIS		0,00	2.380,29c
677	2.1.07.05.002	FGTS a Recolher		0,00	2.380,29c
671	2.1.07.09	PROVISOS		143.766,28c	216.769,33c
679	2.1.07.09.001	PROVISOS FERIAS		143.766,28c	216.769,33c
680	2.1.07.09.001.001	Provisão p/ Ferias		106.651,61c	175.598,67c
681	2.1.07.09.001.002	Provisão p/ Ferias- INSS		28.582,63c	31.706,25c
682	2.1.07.09.001.003	Provisão p/ Ferias - FGTS		8.532,04c	9.464,41c
800	2.5	PATRIMONIO LIQUIDO		33.689.464,58c	190.892,73c
801	2.5.01	CAPITAL AUTORIZ. SUBSC E INTEGRALIZADO		35.017.501,97c	1.501.000,00c
802	2.5.01.01	CAPITAL AUTORIZADO		150.000.000,00c	50.000.000,00c
803	2.5.01.01.001	Capital Autorizado		150.000.000,00c	50.000.000,00c
804	2.5.01.02	CAPITAL SUBSCRITO		114.982.498,03d	48.499.000,00d
805	2.5.01.02.001	Capital Subscrito		114.982.498,03d	48.499.000,00d
810	2.5.06	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		1.328.037,39d	1.310.107,27d
820	2.5.06.02	PREJUIZOS ACUMULADOS		1.310.107,27d	1.050.019,58d
813	2.5.06.02.002	(-) Prejuizos Acumulados		1.310.107,27d	1.050.019,58d
830	2.5.06.09	LUCROS / PREJUIZO EM CURSO		17.930,12d	260.087,69d
832	2.5.06.09.002	Prejuizo do Exercício em Curso		17.930,12d	260.087,69d

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2015
Valores expressos em reais**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2015		Nota Explicativa		Saldo	Total
Descrição					
RECEITA OPERACIONAL					
COTA TESOUREI ESTADUAL				3.157.565,21	3.157.565,21
RECEITA LÍQUIDA				3.157.565,21	3.157.565,21
LUCRO BRUTO				3.157.565,21	3.157.565,21
DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS					
(-) DEPRECIACOES E AMORTIZACOES				(17.796,35)	
DESPESAS COM PESSOAL				(2.519.376,48)	
DESPESAS DE INSTALACOES				(22.456,83)	
DESPESAS VIAGENS E REPRESENTACOES				(44.416,17)	
ALUGUEIS, ARRENDAMENTO E LOCAÇOES				(232.824,81)	
IMPOSTOS E TAXAS				(9.750,79)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS				(309.576,16)	
DESPESAS COM VEICULOS				(1.350,39)	
MATERIAL DE CONSUMO				(6.635,02)	
LIVROS JORNAIS E ASSINATURAS				(1.773,81)	
DESPESAS GERAIS				(9.379,54)	
LUCRO/PREJ OPERACIONAL					(17.773,14)
REC/ DESP FINANCEIRA LÍQUIDA					
DESPESAS FINANCEIRAS				(156,98)	
RESULTADO OPERACIONAL					(17.930,12)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL					(17.930,12)
RESULTADO APOS PROV. IRPJ					(17.930,12)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					(17.930,12)
Prejuízo por ação/quota					(0,01)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2015					
Descrição				Saldo	Total
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					(17.930,12)
Resultado Líquido do Período					
Prejuízo do Exercício em Curso				(260.087,69)	(260.087,69)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO					(278.017,81)
Prejuízo por ação/quota					(0,19)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

MATO GROSSO PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A
CNPJ Nº 17.816.442/0001-03

Continuação

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2015
Valores expressos em reais

Histórico	Capital Social	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro 2014	1.501.000	0,00	(1.310.107,27)	190.892,73
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(1.310.107,27)	(1.310.107,58)
Saldos em 31 de dezembro 2015	35.017.501,97	0,00	(1.328.037,39)	33.689.464,58
Aumento de Capital por Integralização	33.516.501,97	-	-	33.516.501,97
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(17.930,12)	(1.328.037,39)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto em 31 de Dezembro de 2015**ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Resultado do período	(17.930,12)
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	0,00
Depreciação e amortização	(17.796,35)
Perda cambial	0,00
Renda de investimentos	0,00
Despesas de juros	(156,98)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO ANTES DAS MUDANÇAS NO CAPITAL DE GIRO	(17.953,33)
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	0,00
(Aumento) Redução em contas a receber e outros	0,00
(Aumento) Redução nos estoques	0,00
Aumento (Redução) em fornecedores	0,00
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	0,00
Aumento (Redução) no Imposto de Renda e Contribuição Social	0,00
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	(17.953,33)
Juros pagos	0,00
Impostos de Renda e Contribuição Social pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(17.953,33)
Recebimento de indenização de seguro	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(17.953,33)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Compras de imobilizado	21.959,83
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	4.006,50

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(17.930,12)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	4.382,35
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	136.772,29

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015

Nota 1. Contexto Operacional - A Empresa Mato Grosso Participações e Projetos S.A., é uma empresa de sociedade de economia mista vinculada a Secretaria de Estado de Planejamento, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo o Estado de Mato Grosso detentora de 99,99% das ações. Criada pela Lei 9.854, de 26 de dezembro de 2012 e alterada pela Lei 10.347, de 18 de dezembro de 2015, localizada em Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

Nota 2. Demonstrações: 1. As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 e alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil - BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); 2. As

demonstrações financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1); 3. As atividades de planejamento, controle e finanças da companhia são coordenadas pelo Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso - FIPLAN, segundo o Decreto Estadual 1.374/08, que prevê a adoção de Plano de Trabalho Anual - PTA, integrado à Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO e à Lei Orçamentária Anual - LOA, a Unidade Gestora e de Programação Financeira dos Recursos e outros mecanismos utilizados para controle financeiro-orçamentário das entidades estatais da administração direta e indireta.

Nota 3 - Principais Práticas Contábeis - As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) Caixa e equivalentes de caixa - Inclui caixa, depósito garantia e empréstimo ao Tesouro do Estado, saldos positivos em conta movimento; b) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Depreciação - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. c) Provisões - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação -

3.1. Apuração e Regime Contábil - As receitas de subvenção e despesas operacionais relacionadas às operações foram apropriadas pelo regime de competência, obtendo um prejuízo acumulado de R\$ 1.328.037,39 e de R\$ 17.930,12 no exercício ocasionado também pelo provisionamento de férias e respectivos encargos sociais.

As provisões constituídas e os cálculos relativos às depreciações dos bens foram efetuados levando em conta bases estimativas inerentes às atividades e realidades da companhia, e são julgadas suficientes para preservação dos ativos e reconhecimento dos passivos. Classificação segundo os Prazos das Operações - A classificação em Circulante (até 365 dias) e Não Circulante (acima de 365 dias), do realizável e do exigível, obedece aos artigos 179 e 180 da Lei 6.404/76.

3.2. Ativo Circulante - R\$ 171.523,06 - São apresentados pelas disponibilidades - sendo 97,50 que corresponde a garantia contratual e R\$ 136.772,29 correspondem a recursos no Banco do Brasil S/A - Conta Única, operados e gerenciados pelo Sistema FIPLAN. De acordo com a Lei Complementar nº 360 de 18/06/2009, a empresa não tem autonomia para o gerenciamento dos próprios recursos, motivo pelo qual não existe aplicação no mercado de capitais. Os Créditos a Receber, sendo constituído por Empréstimo ao Tesouro de R\$ 29.607,02 referente a valor revertido ao Tesouro Estadual na Fonte 640 oriundos Superávit Financeiro referente a Integralização de Capital Social realizado no ano de 2013. Os estoques - R\$ 4.926,61 refere-se a almoxarifado para suprir as necessidades de materiais de consumo e expediente.

3.3. Ativo Não Circulante - R\$ 33.661.805,30 - IMOBILIZADO - R\$ 33.661.501,97 - Estão demonstrados os valores corresponde a Imóveis originados da integralização de capital social realizado em dezembro/2015 pelo Governo do Estado no valor de R\$ 33.516.501,97, conforme Decreto 179/2015 e à aquisição de imobilizado no valor de R\$ 145.303,33 deduzido da respectiva depreciação. No exercício de 2015 foram feitos ajustes e separação dos grupos equipamentos de informática, máquinas e equipamentos e instalações para melhor compreensão do valor de aquisição com a respectiva depreciação. A seguir, demonstramos as contas que compõem esta rubrica:

Bens Tangíveis	R\$		
	Custo Original	Depreciação	2015
		Acumulada	Líquido
Imóveis	33.516.501,97	-	
Móveis / Utensílios	132.598,40	25.470,50	107.127,90
Máquinas e Equipamentos	25.734,55	6.821,57	18.912,98
Equipamentos de informática	6.960,68	834,59	6.126,09
Instalação	16.550,15	3.413,79	13.136,36
Total	33.698.345,75	-36.540,45	145.303,33

3.4. Passivos Circulantes - R\$ 143.863,78 - Registrados pelos valores conhecidos ou estimados, calculados até a data de competência, incluindo encargos se devidos. Representados por depósitos em garantia contratual em R\$ 97,50 e Provisões de Férias e seus encargos (INSS e FGTS) de R\$ 143.766,28.

3.5. Patrimônio Líquido - O Capital Social autorizado foi aumentado para R\$ 150.000.000, divididos em 150.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, ao custo de emissão de R\$ 1,00 cada. O aumento foi autorizado pela Lei 10.347/2015. O capital social subscrito e integralizado da S.A em 31 de Dezembro de 2015 é de R\$ 35.017.501,97 em moeda corrente nacional, composto pela participação do Estado de Mato Grosso, detentor de 99,99% das ações ordinárias, com R\$ 35.016.501,97, da Companhia de Gás de Mato Grosso (oriundo da aquisição diretamente de um dos acionistas minoritários) com R\$ 200 e R\$ 800 correspondente a acionista pessoas físicas. O Capital Social integralizado de R\$ 1.501.000,00 sendo o Estado de Mato Grosso detentor de 99,99% das ações ordinárias, e Prejuízo de R\$ 1.328.037,39. Não houve destinação para reserva legal e distribuição mínima dos dividendos, em função do prejuízo apurado no exercício.

Conselho de Administração**Marco Aurélio Marafon**
Presidente**Paulo Cesar Zamar Taques**
Vice Presidente**Marcelo Duarte Monteiro**
Membro**Diretoria****Vinicius de Carvalho Araujo**
Diretor Presidente**Maria Stella L. O. Conselvan**
Diretora de Investimentos**Leonam Liziero**
Diretor de Patrimônio**Leone Stefany Galvão Silva**
Contadora - CRC-MT 011204/O